

- XXII -**REFORMA DO ENSINO MÉDIO, REGULAÇÃO E
ISOLAMENTO SINDICAL****Henrique da Silva Lourenço**Universidade Paulista
(lourenco.hs@gmail.com)**Nonato Assis de Miranda¹⁵**

(mirandanonato@uol.com.br)

INTRODUÇÃO

O Brasil vivencia reformas estruturais e curriculares no Ensino Médio. No final de 2016, por meio da Medida Provisória (MP) n. 746/16 convertida em Lei n. 13.415 de 2017, foi proposta a reforma do Ensino Médio. No entanto, o conjunto de mudanças dependia da reforma curricular materializada pela Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC/EM), aprovada e homologada no final de 2018.

Autores como Motta e Frigotto (2017) e Ferretti e Silva (2017) sugerem que essas reformas se concretizaram sem ampla discussão dos grupos interessados. Aguiar (2018), ao seu turno, destaca o caráter autoritário na condução da reforma do Ensino Médio via MP. A forma apressada e autoritária não considerou a histórica dualidade do Ensino Médio: formar para o acesso a universidade ou para o trabalho.

Desde sua origem, seja no Brasil ou em outros países, o Ensino Médio é objeto de reformas e pairam controversas sobre sua identidade (KRAWCZKY, 2014). No Brasil, Motta e Frigotto (2017) destacam que por trás da urgência reformista convivem interesses do Ministério da Educação (MEC), que a consideram componente da retomada econômica. Kuenzer (2017, p. 339) enfatiza, contudo, o alinhamento da reforma a uma formação voltada a regimes de acumulação flexível, modelo ligado à flexibilidade, cabendo a educação “[...] desenvolver competências que permitam aprender ao longo da vida, categoria central na pedagogia da acumulação flexível [...]”.

¹⁵ Universidade Municipal de São Caetano/ Universidade Paulista

Nesta linha, este trabalho objetiva expor a supremacia dos interesses do Executivo Federal, tomando como referência produções intelectuais atuais e documentos de dois sindicatos nacionais de professores da rede pública – que reforçam o isolamento de interesses alheios à lógica defendida pelo MEC. Trata-se de recorte da pesquisa de Iniciação Científica intitulada *Reforma do Ensino Médio: uma análise do posicionamento dos sindicatos de professores*, que estuda ainda o posicionamento de mais três sindicatos.

Apresentam-se aqui parte das análises de quatorze (14) documentos provenientes do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOSP) e Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE). Todos os documentos foram analisados baseando-se na técnica da Análise de Conteúdo, que estabeleceu as abordagens mais relevantes encontradas nos conteúdos comunicacionais, permitindo a feitura de inferências que buscam entender as causas das mensagens e os efeitos que geram (LAKATOS, 2009; BARDIN, 2011).

Serão trabalhadas quatro (4) abordagens encontradas nos documentos. As da APEOESP referem-se às seguintes temáticas mais expressivas: (i) falta de discussão ampla com os afetados pela reforma; (ii) crítica a obrigatoriedade de apenas duas disciplinas. Enquanto as do SINTEPE referem-se: (i) retirada de determinadas aprendizagens dos currículos; (ii) falta de discussão com os estudantes e a falsa discussão com os profissionais da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A reforma considerou a existência de uma crise no Ensino Médio supondo, dolosamente ou não, que tal consideração seria consensual. Deste modo, se impôs rapidamente, sem procurar estabelecer consenso entre os diversos interesses, o que fortaleceu seu caráter autoritário (MOTTA e FRIGOTTO, 2017), contrariando, segundo Kuenzer (2017), a tradição de ampla discussão entre sociedade civil e governo.

Justamente nesse sentido, a APEOESP se posicionou destacando a ausência de amplo debate entre os afetados pela reforma. Essa expressiva abordagem aparece em cinco (5) dos nove (9) documentos do sindicato paulista. Na mesma linha, o SINTEPE salientou que alunos não participaram do debate e que professores participaram de forma protocolar ou esvaziada.

No afã de alavancar o crescimento econômico, as políticas educacionais tornaram-se fundamentais para mobilizar tais interesses. Os discursos construídos nas bases da reforma apresentam-na como trajetória natural e incontestada, suprimindo pautas históricas como o

dualismo do Ensino Médio (MOTTA e FRIGOTTO, 2017, p. 357). Discursos sindicais, que não naturalizam a reforma, foram invisibilizados ou receberam audiência protocolar.

Apesar dos acirrados enfrentamentos entre setores sindicais e interesses ligados ao Executivo Federal, a concepção de educação viabilizada pela BNCCEM redistribui o conhecimento acumulado instrumentalizando-o. Por esta razão, o braço curricular da reforma coloca o Ensino Médio a serviço de uma formação que aparelha o aluno aos interesses mercadológicos, dando papel secundário à formação politécnica e cidadã (KRAWCZYK e FERRETTI, 2017). O Sindicato de Pernambuco (SINTEPE), na grande maioria dos documentos coletados, três (3) de um total de cinco (5), é contra a retirada de determinadas aprendizagens. A inferência possível é que o sindicato pernambucano preocupa-se com a instrumentalização da formação e com prejuízos ao exercício da cidadania.

As reformas promovidas em tempo recorde pelo governo Michel Temer, relacionam-se à ideia de “modernização tecnológica”, proposta de educação promovida no emergente texto curricular e na Lei 13.415 de 2017, que valoriza a formação por competências e desarticula o que ainda restava de Ensino Médio politécnico (FERRETTI e SILVA, 2017, p. 392).

À disposição dos alunos estarão componentes curriculares comuns a todos, envolvendo língua portuguesa e matemática, e, componentes flexibilizados vinculados aos itinerários formativos. O papel da BNCCEM resume-se a endossar a proposta de educação expressa na reforma do Ensino Médio, servindo de “base teórica, política e ideológica” (FERRETTI e SILVA, 2017, p. 397).

Nota-se uma relação imbricada entre educação, apressamento da formação e crescimento da economia. Por essa razão predomina uma concepção de educação de resultados/desempenho, baseada em parâmetros avaliativos internacionais ligados a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): “ler, escrever, contar e ter noções básicas de ciências” (MOTTA e FRIGOTTO, 2017, p. 365).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliações como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), elaborado pela OCDE, e os próprios indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em âmbito nacional, foram oficialmente legitimados como instrumentos definidores de qualidade para a BNCCEM. Por isso mesmo, os conteúdos comunicacionais da APEOESP questionam a obrigatoriedade de apenas duas disciplinas. A

urgência em reformar o Ensino Médio torna-se parte de uma estratégia de melhoria da qualidade construída de forma não consensual, sem levar em conta o entendimento contrário dos sindicatos e outros grupos da sociedade civil. A MP da reforma exemplifica esse caráter autoritário.

É provável que o Ensino Médio mereça ser repensado. Indicadores avaliativos como Ideb e PISA indicam isso. Os jovens também sinalizam neste sentido (LEÃO, 2018). No entanto, a reestruturação deve envolver amplos setores da sociedade e ser pensada em parceria com o Poder Legislativo. O caminho por MP indica supressão de agendas e irresponsabilidade. Afinal, o que é qualidade da educação? A qualidade preconizada por avaliações de sistemas de educação deve ditar o aprendizado? Quais são os indicadores que asseguram que a educação é de qualidade? O que define se um aluno está aprendendo? Estas perguntas deveriam tencionar as intenções norteadoras das reformas, para então ousar articular ou não conteúdos mínimos e itinerários formativos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S. e DOURADO, L. F. (Orgs). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

KUENZER, A. Z. Trabalho e Escola: A Flexibilização do Ensino Médio no Contexto do Regime de Acumulação Flexível. **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, n°. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017.

KRAWCZKY, N. **“Uma roda de conversa sobre os desafios do ensino médio.”** DAYRELL, J. ; CARRANO, P.; MAIA, C. L. Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

KRAWCZYK, N; FERRETTI, C. J. **Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”**. Retratos da Escola – Brasília: CNTE – v.11, n.20, jan./jun. , 2017.

LEÃO, G. O que os jovens podem esperar da reforma do ensino médio brasileiro? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.34, e1774940, 2018.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória N° 746/2016 (Lei N° 13.415/2017). **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, n°. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017.